



Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2012

Índice:

I - Demonstrações contábeis regulatórias	3-6
II - Notas Explicativas	7-14



I - Demonstrações contábeis regulatórias

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC 's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC 's	Regulatório
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa		53.225	-	53.225	78.427	-	78.427
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	3	47.019	-	47.019	29.552	-	29.552
Consumidores e concessionárias		117.517	9.146	126.663	108.115	6.605	114.720
Títulos de créditos a receber		7.739	-	7.739	10.014	-	10.014
Estoques		2.382	-	2.382	2.536	-	2.536
Impostos a recuperar		26.866	-	26.866	24.154	-	24.154
Despesas pagas antecipadamente		3.343	-	3.343	952	-	952
Ativo regulatório	4	-	11.819	11.819	-	9.115	9.115
Baixa renda e outros créditos	5	25.333	163	25.496	37.115	190	37.305
Total do circulante		283.424	21.128	304.552	290.865	15.910	306.775
Não circulante							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		9.483	-	9.483	3.744	-	3.744
Consumidores e concessionárias		7.544	-	7.544	7.544	-	7.544
Títulos de créditos a receber		4.110	-	4.110	2.410	-	2.410
Impostos a recuperar		16.551	-	16.551	16.341	-	16.341
Créditos tributários	6	23.090	(23.090)	-	19.736	6	19.742
Depósitos e cauções vinculados		21.818	-	21.818	20.844	-	20.844
Instrumentos financeiros derivativos		15.394	-	15.394	6.359	-	6.359
Contas a receber da concessão	7	130.146	(130.146)	-	34.021	(34.021)	-
Outros créditos		837	-	837	868	-	868
Investimento		4.026	-	4.026	217	-	217
Imobilizado	8	5.062	422.957	428.019	-	399.451	399.451
Intangível	8	581.125	(234.128)	346.997	647.122	(285.866)	361.256
Total do não circulante		819.186	35.593	854.779	759.206	79.570	838.776
Total do Ativo		1.102.610	56.721	1.159.331	1.050.071	95.480	1.145.551



ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		63.031	-	63.031	47.620	-	47.620
Encargos de dívidas		13.913	-	13.913	12.516	-	12.516
Empréstimos e financiamentos		240.011	-	240.011	46.202	-	46.202
Debêntures		29.696	-	29.696	1.479	-	1.479
Tributos e contribuições sociais		35.376	-	35.376	29.290	-	29.290
Parcelamento de impostos		1.770	-	1.770	2.078	-	2.078
Dividendos		-	-	-	8.655	-	8.655
Obrigações estimadas		4.393	-	4.393	4.018	-	4.018
Encargos do consumidor a recolher		4.991	-	4.991	2.941	-	2.941
Passivo regulatório	9	-	5.201	5.201	-	15.781	15.781
Outras contas a pagar		29.823	-	29.823	41.891	-	41.891
Total do circulante		423.004	5.201	428.205	196.690	15.781	212.471
Não circulante							
Fornecedores		1.963	-	1.963	1.810	-	1.810
Empréstimos e financiamentos		170.581	-	170.581	308.046	-	308.046
Debêntures		102.613	-	102.613	138.079	-	138.079
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	16.089	-	16.089
Tributos e contribuições sociais		8.227	-	8.227	7.163	-	7.163
Impostos diferidos	6	-	2.577	2.577	-	27.124	27.124
Parcelamento de impostos		5.753	-	5.753	7.029	-	7.029
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais		20.547	-	20.547	20.229	-	20.229
Benefícios a empregados - plano de pensão		3.932	-	3.932	737	-	737
Outros		21	-	21	-	-	-
Total do não circulante		313.637	2.577	316.214	499.182	27.124	526.306
Patrimônio líquido							
Capital social		329.370	-	329.370	319.239	-	319.239
Ações em tesouraria		(18)	-	(18)	(18)	-	(18)
Reservas de capital		3.348	-	3.348	3.348	-	3.348
Ajuste de avaliação patrimonial	10	-	47.645	47.645	-	52.639	52.639
Reservas de lucros		25.575	-	25.575	15.861	-	15.861
Dividendos adicionais propostos		7.694	-	7.694	15.769	-	15.769
Lucros (Prejuízos) Acumulados	11	-	1.298	1.298	-	(64)	(64)
		365.969	48.943	414.912	354.199	52.575	406.774
Total do Passivo		1.102.610	56.721	1.159.331	1.050.071	95.480	1.145.551



ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.078.406	(79.216)	999.190	942.876	(64.794)	878.082
Fornecimento de Energia Elétrica	12	881.363	(1.130)	880.233	782.435	5.689	788.124
Suprimento de Energia Elétrica		22.884	-	22.884	20.555	-	20.555
Energia Elétrica de Curto prazo		27.300	-	27.300	2.298	-	2.298
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		55.033	-	55.033	48.254	-	48.254
Outras Receitas Vinculadas	13	91.826	(78.086)	13.740	89.334	(70.483)	18.851
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		320.443	(147)	320.296	290.892	2.009	292.901
Pis e Cofins	14	91.001	(105)	90.896	81.000	511	81.511
ICMS e ISS		182.789	-	182.789	161.913	-	161.913
Reserva Global de Reversão - RGR		10.234	-	10.234	5.817	-	5.817
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		5.396	-	5.396	2.938	-	2.938
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	14	5.738	114	5.852	5.095	(46)	5.049
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14	21.912	(156)	21.756	29.428	1.544	30.972
Programa de Eficiência Energética - PEE		3.373	-	3.373	4.701	-	4.701
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		757.963	(79.069)	678.894	651.984	(66.803)	585.181
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		363.034	(16.024)	347.010	296.831	4.327	301.158
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15	298.642	(13.926)	284.716	253.323	1.353	254.676
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	15	12.319	(85)	12.234	9.845	(285)	9.560
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão/ Distribuição	15	50.609	(2.013)	48.596	32.282	3.259	35.541
Taxa de Fiscalização		1.464	-	1.464	1.381	-	1.381
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		394.929	(63.045)	331.884	355.153	(71.130)	284.023
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"		284.613	(86.616)	197.997	240.817	(61.423)	179.394
Pessoal		72.909	-	72.909	59.135	-	59.135
Administradores		3.486	-	3.486	3.590	-	3.590
Serviços de terceiros		50.715	-	50.715	43.782	-	43.782
Material		10.157	-	10.157	11.142	-	11.142
Arrendamento e Aluguéis		1.293	-	1.293	1.159	-	1.159
Tributos		232	-	232	181	-	181
Seguros		463	-	463	381	-	381
Outros	16	20.594	(15.787)	4.807	4.873	23	4.896
Provisão Devedores Duvidosos		5.190	-	5.190	1.238	-	1.238
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		(851)	-	(851)	350	-	350
Depreciação	17	-	29.502	29.502	-	35.674	35.674
Amortização	17	42.339	(40.436)	1.903	44.503	(44.327)	176
Despesa da atividade não vinculada - amortização ágio	17	-	18.191	18.191	-	17.690	17.690
Despesa de Construção	13	78.086	(78.086)	-	70.483	(70.483)	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		110.316	23.571	133.887	114.336	(9.707)	104.629

RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO							
Receita Financeira	18	36.098	(13.029)	23.069	25.603	813	26.416
Despesa Financeira	18	(70.453)	92	(70.361)	(76.264)	(242)	(76.506)
Resultado Não Operacional	19	-	(16.147)	(16.147)	-	(323)	(323)
LUCRO ANTES IRPJ/CSSL		75.961	(5.513)	70.448	63.675	(9.459)	54.216
Imposto de Renda	20	(107)	1.382	1.275	(7.714)	2.367	(5.349)
Contribuição Social	20	(6.803)	499	(6.304)	(2.777)	851	(1.925)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		69.051	(3.632)	65.419	53.184	(6.242)	46.942

II - Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias** **Exercício findo em 31 de dezembro de 2012** (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

1. Contexto operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa SE”) - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 652.295 consumidores. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

2. Elaboração e apresentação demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias (doravante denominadas “Regulatório”) foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010 e no Despacho de encerramento nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011, ambos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações referentes às bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras societárias (doravante denominadas “Societário”) e resumo das principais práticas contábeis utilizadas no societário estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013 e publicadas na imprensa oficial em 08 de março de 2013.

Dessa forma, estas demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

3. Consumidores e Concessionárias

Descrição	2012	2011
Descontos TUST e TUSD	8.432	6.605
Descontos irrigação e Aquicultura	714	-
Ativo Circulante	9.146	6.605

A Companhia possui ativos contabilizados para fins regulatórios (subsídios tarifários), que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de ativos prevista no Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (“CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico”).

As principais características destes ativos regulatórios são:

Descontos Tarifa Uso Sistema de Distribuição - TUSD

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7o. , configura o direito da concessionária de distribuição a compensar as perdas de receitas decorrentes dos descontos especiais aplicados à TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

Descontos Tarifa Irrigação e Aquicultura

A Resolução Normativa n° 207, de 09 de janeiro de 2006 estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e aquicultura e configura o direito da concessionária a ser compensado pelo valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

4. Ativos regulatórios

A Companhia possui os seguintes ativos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de ativos prevista no CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico.

Descrição	2012	2011
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA	9.768	3.623
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	730	-
Subvenção Baixa Renda	-	3.118
Programa Social Luz para Todos	1.070	2.366
Outros Componentes Financeiros	251	8
Ativo Circulante	11.819	9.115

As principais características destes ativos regulatórios são:

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia n°. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

Subvenção baixa renda

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. A Companhia não apurou ativos de subvenção baixa renda no exercício de 2012.

Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

Programa Social Luz para Todos

A Resolução Normativa ANEEL nº 294, de 11 de dezembro de 2007 estabeleceu a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.

Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à parcela de ajuste conexão e rede básica e concatenação Contrato do Uso do Sistema de Distribuição - CUSDs.

5. Outros Créditos

Descrição	2012	2011
Desativações em curso	163	190
Ativo Circulante	<u>163</u>	<u>190</u>

No saldo de Outros créditos estão as Ordens de Desativações em Curso (ODD) cujo valor na contabilidade regulatória incorpora montantes de reavaliação do ativo imobilizado e intangível conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a seguir.

6. Créditos tributários e impostos diferidos

Descrição	2012	2011
Ativo		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	(16.978)	5
Contribuição social	(6.112)	1
Total não circulante	<u>(23.090)</u>	<u>6</u>
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	1.895	19.944
Contribuição social	682	7.180
Total não circulante	<u>2.577</u>	<u>27.124</u>

Em 2012 foram compensados os efeitos do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a Reavaliação regulatória compulsória, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 e, ativos e passivos regulatórios, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e 9.

7. Contas a receber da concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. As concessionárias de distribuição de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo bifurcado.

Com base nesse modelo, a parcela do capital investido com a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, que será amortizada baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão é classificada como ativo intangível, e a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão é classificada como contas a receber de concessão.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das redes de distribuição são registrados como ativo imobilizado e intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, para fins regulatórios os ativos fixos e intangíveis foram reavaliados e a diferença entre os saldos residuais contábeis e os valores do laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória (BRR) foi reconhecida na conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio líquido.

8. Imobilizado e Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Em serviço		
Terrenos	5.108	2.015
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	28.224	28.742
Máquinas e Equipamentos	1.067.514	966.645
Veículos	17.930	17.767
Móveis e Utensílios	7.207	19.740
Obrigações vinculadas à concessão	(213.363)	(186.423)
	912.620	848.486
(-) Reintegração Acumulada		
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	(15.224)	(14.908)
Máquinas e Equipamentos	(474.428)	(441.851)
Veículos	(9.305)	(11.576)
Móveis e Utensílios	(4.791)	(14.234)
Obrigações vinculadas à concessão	35.545	27.780
	(468.203)	(454.789)
Em curso		
Terrenos	-	3.064
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	16.725	314
Máquinas e Equipamentos	15.998	66.619
Veículos	850	722
Móveis e Utensílios	30	363
Transformação, fabricação e reparo de materiais.	1.391	1.297
Material em depósito	6.548	7.466
Adiantamento a fornecedores	478	205
Obrigações vinculadas a concessão	(58.418)	(74.296)
	(16.398)	5.754
Total do ativo imobilizado	428.019	399.451

O Intangível está constituído da seguinte forma:

Descrição	2012	2011 (Não auditado)
Em serviço	31.495	25.274
(-) Depreciação acumulada	(18.003)	(15.949)
Em curso	559	793
	14.051	10.118

A diferença entre o Ativo Imobilizado Societário e Regulatório é decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão no Societário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

A despesa de depreciação e de amortização no montante de R\$29.502 (R\$35.674 em 2011) e R\$1.903 (R\$176 em 2011) respectivamente, estão registradas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL n° 396 de 23 de fevereiro de 2010, Capítulo I a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida a “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido.

9. Passivos regulatórios

A Companhia possui os seguintes passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de passivos prevista no CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico.

Descrição	2012	2011
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA	3.846	11.472
Neutralidade dos encargos setoriais	989	2.470
Outros Componentes Financeiros	366	1.839
Passivo Circulante	5.201	15.781

As principais características destes passivos regulatórios são:

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia n°. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à parcela de ajuste conexão e rede básica e concatenação CUSDs.

10. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Resolução ANEEL n°.396 de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia possui registrada contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória no Patrimônio Líquido decorrente da

diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e obrigações especiais, líquido dos efeitos tributários de R\$47.645 em 2012 (R\$52.639 em 2011), conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 e 8.

11. Lucros (prejuízos) acumulados

	2012	2011
Saldos em 2011 e 2010	(64)	(46)
Lucro Líquido do Exercício	65.419	46.939
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	54
Proposta de destinação do lucro líquido		
. Reserva Legal	(3.453)	(2.659)
. Incentivo Fiscal - SUDENE	(16.392)	(10.131)
. Dividendos	(41.512)	(24.679)
. Dividendos adicionais propostos	(7.694)	(15.769)
Realização do ajuste patrimonial regulatório		
. Depreciação e Baixas	7.567	9.614
. Efeito fiscal - 34%	(2.573)	(3.269)
Saldos em 2012 e 2011	<u>1.298</u>	<u>(64)</u>

12. Fornecimento de Energia Elétrica

Descrição	2012	2011
Descontos irrigação e Aquicultura	678	242
Neutralidade dos encargos setoriais	1.368	(640)
Subvenção baixa renda	(3.118)	2.875
Programa Social Luz para Todos	(1.296)	2.133
Outros Ativos Financeiros	1.238	1.079
	<u>(1.130)</u>	<u>5.689</u>

Conforme o Despacho ANEEL nº 4.991 de 29/12/2012, anexo II, item 10 “Receita operacional bruta”, a ANEEL apresentou o modelo da nota explicativa, onde é solicitada a abertura das diferenças entre a contabilidade societária e regulatória por classe de consumo de energia.

Não foi definido no referido Despacho a metodologia e os critérios para a apresentação destas informações. Assim, a Companhia entende ser mais adequada a apresentação das diferenças por tipo de ativos e passivos regulatórios, e não por classe de consumo, tendo em vista que os ativos e passivos regulatórios somente terão efeito na tarifa dos consumidores, a partir da homologação da ANEEL no próximo reajuste ou revisão tarifária, momento em que é estabelecida a participação (%) dos itens financeiros para cada classe de consumo.

13. Receita e despesa de construção

Em suas demonstrações financeiras societárias a Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem próxima a zero não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero. A receita e o custo de construção estão representados pelo montante de R\$78.086 em 2012 (R\$70.483 em 2011). Para fins de Regulatório tais receitas e custos são revertidos em função de não haver definição de sua contabilização nas práticas contábeis regulatórias.

14. Deduções da Receita Operacional

Descrição	2012	2011
PIS e COFINS	(105)	511
CVA CCC	114	(46)
CVA CDE	(156)	1.544
Total	(147)	2.009

(a) Ver Notas Explicativas nº 4 e 9.

15. Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Descrição	2012	2011
CVA Energia Elétrica Comprada para Revenda	(13.926)	1.353
CVA Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(85)	(285)
CVA Encargos do Uso do Sistema de Transmissão/ Distribuição	(2.013)	3.259
Total	(16.024)	4.327

(a) Ver Notas Explicativas nº 4 e 9.

16. Custos não Gerenciáveis - Parcela "B" - Outras Despesas Operacionais

Descrição	2012	2011
Reclassificação do Resultado não operacional	(15.787)	23
Total	(15.787)	23

Para fins de demonstrações financeiras societárias não há previsão de resultado não operacional, sendo seus efeitos classificados em Outras despesas/receitas operacionais, no entanto para fins de Regulatório tal classificação continua prevista nas práticas contábeis regulatórias.

17. Despesa de depreciação e amortização

Descrição	2012	2011
Depreciação	29.502	35.674
Amortização	(40.436)	(44.327)
Despesa não vinculada - amortização de ágio	18.191	17.690
Total	7.257	9.037

(a) Ver Nota Explicativa nº 8.

18. Receitas e Despesas Financeiras

Descrição	2012	2011
Atualização financeira de ativos regulatórios	315	813
(-) Atualização financeira do contas a receber da concessão	(13.344)	-
Total das receitas financeiras	(13.029)	813
Atualização financeira de passivos regulatórios	92	(242)
Total das despesas financeiras	92	(242)

(b) Ver Nota Explicativa nº 7.

(c) Ver Nota Explicativa nº 9.

19. Resultado não Operacional

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado operacional reclassificado na contabilidade regulatória	(15.787)	23
Perdas na desativação/ alienação de bens e direitos	(360)	(346)
Total	(16.147)	(323)

(a) Ver Nota Explicativa nº 16.

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social

<u>Descrição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total dos ajustes da contabilidade regulatória	(5.513)	(9.459)
Imposto de renda	1.382	2.365
Contribuição social	499	852